



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TAYNARA ALVES PAZ DA SILVA

**Estudos Sociológicos sobre Ensino Superior: contribuições contemporâneas para o debate
sobre acesso e permanência estudantil**

Orientadora:
Prof. Dr^a. Rosana Rodrigues Heringer

Rio de Janeiro
2025

Taynara Alves Paz da Silva

Estudos Sociológicos sobre Ensino Superior: contribuições contemporâneas para o debate sobre
acesso e permanência estudantil

Monografia apresentada ao curso de
graduação em Pedagogia, Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciatura em
Pedagogia

Orientadora:
Prof. Dr^a. Rosana Rodrigues Heringer

Rio de Janeiro
2025

Estudos Sociológicos sobre Ensino Superior: contribuições contemporâneas para o debate sobre
acesso e permanência estudantil

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, curso de Graduação em Pedagogia, como
requisito parcial à obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia

Aprovada em:

Orientadora Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer (FE/UFRJ)

Profa. Dra. Patrícia Raquel Baroni (FE/UFRJ)

Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (FE/UFRJ)

Dedico esta pesquisa
a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que com todo apoio desde quando ingressei, me ajudaram de todas as formas para que eu conseguisse permanecer e concluir o ensino superior.

Este trabalho é *in memoriam* da minha mãe (Patrícia) que é minha inspiração de força e determinação, da minha avó (Zélia) que em vida compartilhou comigo a felicidade de conseguir ingressar na universidade, ao meu avô (Carlos Roberto) que acreditou em mim e pagou o pré-vestibular comunitário para que eu pudesse me preparar para ENEM 2019 que em sequência possibilitou minha aprovação. Gratidão eterna! E hoje espero que possam olhar nossa conquista do céu

Agradeço ao meu pai, Aloízio, e minha irmã, Tayane, que seguraram a minha mão durante todo o percurso e desafios que surgiram nessa trajetória acadêmica.

Agradeço, principalmente, à minha orientadora Rosana, por ter acreditado em mim quando até eu mesma duvidei se conseguiria.

*Existe muita coisa que não te disseram
na escola, cota não é esmola.*

-Bia Ferreira

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os principais temas do campo de pesquisa do ensino superior brasileiro sobre acesso e permanência estudantil por meio de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas na área de educação entre 2023-2024 visando contribuir para o debate contemporâneo, que engloba desafios e dificuldades enfrentadas por estudantes de diferentes perfis, em vários contextos sociais, para acessar e se manter no ensino superior durante a trajetória acadêmica. A metodologia deste trabalho originou-se do projeto PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq) desenvolvido no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) da UFRJ, que tinha como eixo principal atualizar as agendas de pesquisa do ensino superior. Transformando-se em uma extensão do projeto, foi a partir dos resultados levantados que esta pesquisa deu continuidade às análises de artigos sobre acesso e permanência no ensino superior, verificando as recentes contribuições que mostram fatores socioeconômicos, educacionais, psicológicos, emocionais, culturais, entre outros, que estão presentes na trajetória acadêmica estudantil no acesso e permanência. Com os resultados buscou-se contribuir para o debate e refletir sobre o acesso e permanência estudantil no Brasil.

Palavras-chave: Acesso ao ensino superior; permanência estudantil; ensino superior; estudante universitário.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 1: Mapa mental - cronologia e temas abordados sobre acesso e permanência.....	26
Figura 2: Proporções de artigos identificados em temática sobre o ensino superior.....	28
Tabela 1: Classificação temática dos artigos	30
Quadro 1: Codificação dos artigos selecionados por tema.....	29
Quadro 2: Reclassificação temática dos artigos selecionados.....	33
Quadro 3: Síntese dos artigos analisados	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Acesso e Permanência Estudantil no Ensino superior.....	13
1.1 Expansão do Ensino superior no Brasil.....	14
1.2 Permanência Estudantil.....	17
1.3 Permanência e impactos da pandemia de Covid-19.	20
2. Metodologia: passo a passo do projeto PIBIC.	24
2.1 Leitura e discussão da bibliografia na primeira etapa.....	24
2.2 Seleção das revistas, artigos e leituras dos resumos.....	27
3. Leitura e Análise dos artigos sobre acesso e permanência.....	32
3.1 Recodificação dos artigos analisados.....	32
3.2 O que os artigos abordam sobre acesso e permanência.....	34
3.3 Reflexões para o debate contemporâneo.....	40
Considerações finais.....	43
Referências bibliográficas.....	45

INTRODUÇÃO

Acesso e permanência ainda são uma das temáticas mais recorrentes que atravessam o campo da pesquisa sobre a educação superior no Brasil. Durante a pandemia da Covid-19 vários artigos publicados dialogavam sobre essa temática, buscando dados com novas perspectivas sobre quais foram as dificuldades que a trajetória acadêmica do estudante universitário teve no Brasil durante esse período.

A minha motivação e interesse pelo tema é porque ingressei na UFRJ, como cotista, pela modalidade de cotas de renda (renda per capita de até 1,5 um salário mínimo e meio) e escola pública. Após uma caminhada árdua para acessar o ensino superior público, o maior desafio foi conseguir permanecer. Pretendo mostrar os desafios que passei, assim como outros estudantes, através dos dados de pesquisa do projeto PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e que se desdobrou nesta monografia.

No Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), fundado em 2017 na Faculdade de Educação da UFRJ sob coordenação da professora Rosana Heringer (EDF/PPGE/FE/UFRJ), que reúne pesquisadores sobre ensino superior, foi desenvolvido o projeto “Estudos Sociológicos sobre Ensino Superior: contribuições contemporâneas” no período de setembro 2022 a agosto de 2024. Fui contemplada para participar do projeto como bolsista no programa institucional de bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Essa pesquisa origina-se do projeto citado, que teve como objetivo geral atualizar as agendas de pesquisa sobre o ensino superior brasileiro a partir dos artigos publicados nas revistas de educação classificadas como Qualis A1 no período de 2020 a 2024 pela CAPES, além mapear os temas e identificar os pontos e lacunas em comum nos balanços bibliográficos sobre educação superior nos últimos 20 anos.

A partir dos dados que foram produzidos no projeto, foi realizada uma análise bibliográfica para esta monografia, que tem como objetivo contribuir com uma visão ampla sobre o que o campo de pesquisa produziu sobre acesso e permanência no ensino superior brasileiro durante o período de 2023 a 2024, sendo relevante considerar as mudanças no contexto pelas quais o sistema educacional passou por causa dos eventos que o mundo viveu durante o período pandêmico da

Covid-19. O objetivo específico deste trabalho é destacar, analisar e explicitar as produções dos artigos sobre as temáticas do acesso e permanência no ensino superior, e assim contribuir para o debate contemporâneo sobre acesso e permanência no ensino superior estudantil.

Para a produção de dados, foi usada como metodologia a análise bibliográfica e levantamento de artigos acadêmicos. Para o embasamento teórico que foi feito no projeto, o processo ocorreu em dois momentos.

No primeiro momento foi feita uma análise de textos com balanços bibliográficos publicados no período de 2000 a 2020 sobre o ensino superior no Brasil, mapeando os principais temas abordados nos trabalhos de Neves (2002), Martins e Weber (2010), Almeida e Hey (2018), Neves, Sampaio e Heringer (2018) e Barbosa e Gandin (2020), que em comum realizam levantamentos sobre as produções brasileiras na área da Sociologia e da Educação, em específico fazendo um recorte sobre o que estava sendo produzido do ensino superior durante esses anos. As leituras desses artigos foram usadas como embasamento teórico para formular hipóteses de possíveis temas que ainda poderiam ser ou não pesquisados. Após as análises, foram selecionados entre os artigos os assuntos mais recorrentes que atravessam o ensino superior brasileiro como expansão, evasão, privatização, e em especial algumas das temáticas sobre acesso e permanência estudantil.

No segundo momento, foi realizado um levantamento sistemático dos artigos sobre a educação superior publicados entre 2020 e junho de 2024 nos periódicos classificados Qualis A1 da CAPES na área de educação. Os artigos foram selecionados primeiramente por título, a partir dos temas sobre o ensino superior e, após a leitura dos resumos, foram classificados por tópicos. Foram identificadas 37 revistas de educação. No total de 9.137 artigos publicados de 2020 a junho de 2024 nas 37 revistas. Desse total, foram selecionados 435 artigos cujo tema fosse relacionado com o ensino superior. Das 37 revistas da área de educação, selecionamos 8 para análise, em que havia mais de 20 artigos que tratavam sobre ensino superior.

No projeto foram analisados os resumos de 242 artigos publicados nas seguintes revistas: Ensaio - Avaliação e políticas públicas em educação; Educação em revista (UFMG); Educação & Sociedade (CEDES); Cadernos de Pesquisa (FCC); Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP); Revista Brasileira de Educação (INEP); Revista da Faculdade de Educação (USP) e Bolema - Boletim de Educação Matemática (UNESP). Os resumos foram analisados e classificados em tópicos de um determinado assunto do ensino superior. Nesta classificação, fazendo um balanço

dos assuntos mais recorrentes, acesso e permanência estudantil são os assuntos mais pesquisados nos anos analisados.

Nesta monografia será explicado o que é acesso e permanência e a expansão do ensino superior no Brasil e, a partir dos resultados do projeto, sucederá uma análise bibliográfica dos artigos publicados nas revistas selecionadas sobre acesso e permanência no ensino superior, com uma leitura na íntegra sobre quais questões estavam sendo debatidas dentro dessa temática nos últimos anos.

CAPÍTULO 1 - Acesso e Permanência Estudantil no Ensino superior:

Neste capítulo irei explicar o que é acesso e permanência na Educação superior e diferenciar entre essas duas etapas que o estudante precisa passar em sua trajetória acadêmica.

A linha de partida da corrida ao sucesso não é igual para todos, costumo sempre dizer isso quando o assunto é permanência no ensino superior. E gosto de fazer uma analogia entre o acesso e permanência e uma corrida de obstáculos, onde nem todos os corredores/participantes começam do mesmo ponto de partida ou tem as mesmas condições para competir. Enquanto alguns corredores largam em uma pista reta, com poucos obstáculos e o apoio de uma equipe treinada ao longo do percurso, outros iniciam mais longe, em uma trilha cheia de buracos, cercada por muros altos, sem suporte ou treinamento necessários para avançar, em geral sozinhos. Para uns, os obstáculos são desafios momentâneos; para outros, parecem muralhas intransponíveis que exigem um esforço desproporcional.

Faço essa comparação metafórica do acesso e permanência no ensino superior com a corrida porque ingressar em uma universidade é apenas uma parte da conquista, porém, da linha de partida até a linha de chegada - conclusão do curso - há um caminho que chamamos de permanência, que é carregado de questões que dificultam até a linha de chegada (Prado, 2021) que os estudantes encontram durante o percurso da trajetória da formação acadêmica.

Dentro da temática sobre ensino superior, o que é acesso e permanência? O “acesso” refere-se à entrada do estudante na universidade. Alguns desses estudantes são incluídos por meio de políticas públicas, como as cotas raciais e sociais implementadas a partir de 2013 através da chamada “Lei de Cotas” (Lei 12.711/2012), que previa o ingresso de grupos discriminados (pretos, pardos e indígena) e de origem popular no ensino superior público (Heringer 2022, pág: 57). E a permanência refere-se ao direito que visa garantir que esses estudantes tenham as condições necessárias para permanecer e concluir a sua formação.

Heringer vai dizer que, diante desse cenário, o acesso e permanência no ensino superior brasileiro estão interligados nas lutas pela democratização do ensino em um país marcado pelas desigualdades sociais. Como resultado dessas lutas, como uma forma de democratizar e reduzir as desigualdades, ampliou-se a necessidade de desenvolver políticas de assistência estudantil e, mais amplamente, de refletir sobre o percurso dos estudantes universitários desde o seu ingresso em uma instituição pública até a conclusão (Heringer, 2022).

Dessa maneira, o acesso e permanência podem ser compreendidos na vida do estudante cotista como dois momentos distintos de uma mesma corrida, ambos atravessados por barreiras estruturais. Enquanto o acesso é a linha de partida, onde as políticas afirmativas e o sistema de cotas têm buscado equilibrar as condições iniciais, a permanência representa o decorrer da corrida, onde os obstáculos se formam por meio de dificuldade financeira, falta de apoio pedagógico, desafios emocionais, entre outros que se enquadram no contexto de cada estudante.

O sistema de ensino superior brasileiro passou uma expansão nos últimos anos, ampliando e diversificando suas vagas de ingresso através de políticas afirmativas (como a lei de cotas), aumento de universidades, programas governamentais de financiamento, novas modalidades de ensino público e privado, e a criação de programas de assistência estudantil que visam garantir as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. São alguns pontos históricos dessa expansão que permitiram o ingresso na universidade.

Entretanto, Heringer (2018) também afirma que ampliação do acesso não garante automaticamente a permanência, uma vez que a desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira se reflete nas condições dos estudantes para cursar e concluir o ensino superior.

Dessa forma, embora a democratização e diversificação do acesso seja um passo importante na expansão, existem questões que dificultam o percurso acadêmico que estão presentes na permanência dos estudantes, principalmente os que estão em vulnerabilidade social. Até o presente momento essas temáticas ainda continuam sendo debatidas e repensadas no campo da pesquisa, apontando que é essencial tornar públicas essas questões que dificultam o percurso dos estudantes para que possam chegar à linha de chegada com dignidade.

A seguir, irei citar um pequeno recorte sobre as políticas públicas que colaboraram para a expansão do ensino superior no Brasil, uma demanda histórica que visa diminuir as desigualdades, que como consequência democratizou e diversificou o ensino, abrindo portas para estudantes acessarem, entre muitos sendo o primeiro em sua geração, a universidade pública ou privada.

1.1 Expansão do Ensino superior no Brasil.

Ao longo das últimas duas décadas o sistema de ensino superior brasileiro por meio de um conjunto de ações políticas governamentais passou por um período de expansão e ampliação de

mais vagas nas universidades públicas e privadas (Heringer; Ferreira, 2009; Neves, 2012; Heringer, 2014; Jesus, 2019; Salata, 2018).

Traçando uma linha histórica, as principais políticas que mais contribuíram para essa expansão foram: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 1999; o Programa Universidade para todos (PROUNI) em 2004; o Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010, adotando como meio de seleção o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007; e as políticas de ação afirmativas em universidades públicas, que são as cotas destinadas para estudantes de ensino médio públicos em vulnerabilidade financeira e historicamente discriminados socialmente, como pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência (Melo, 2014; Heringer, 2015; Neves, Sampaio e Heringer, 2018). Esse conjunto de programas teve como maior objetivo democratizar e diversificar o acesso à educação superior, visando reduzir as desigualdades educacionais, principalmente para estudantes de famílias com menor poder aquisitivo e todas essas medidas resultaram no aumento do número de matrículas.

Com a implementação destas ações, Bruna Crespo (2022) através dos dados censo do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vai apresentar o percentual quantitativo dessa expansão. Em 1995 o Brasil possuía 894 instituições de ensino superior, em maior número sendo instituições privadas, com 210 públicas e 684 privadas. Em 2015 esse número mudou, com 2.364 instituições, sendo 295 públicas e 2.069 privadas. Com relação às matrículas, no ano 1995 com 1.759,703 e em 2015 com 8.024,297, em seu maior percentual de 75,7% nas instituições privadas (Crespo, 2022).

Em comparação aos dados citados, em 2023 o censo registrou 2.580 instituições de ensino superior no Brasil, sendo 84,8% (2.264) privadas e 12,2% (316) públicas. Com aumento do número de matrículas dos últimos anos, com 9,9 milhões, ainda prevalece a maior concentração em instituições privadas com 79,3% (7.907.652) e a pública com 20,7% (2.069.130) (INEP/MEC, 2024). Em 2023, o censo mostra que houve mais 4,9 milhões de ingressantes, em porcentagem 88,6% (4.424,903) na rede privada e 11,4% (569.089) na rede pública, sendo na modalidade EaD representa 66,4% e presencial 33,6% (INEP/MEC, 2024).

Uma outra forma de expansão do ensino superior foi a educação a distância (EaD) que, entre 2011 e 2021, contou com um crescimento de ingresso de 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por

meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8% (INEP/MEC, 2022). A partir dos dados, esse aumento teve como uma das principais causas o período da pandemia da COVID-19 que começou em 2020 quando foi decretado o lockdown a fim de desacelerar a propagação da doença, sendo uma realidade de emergência global onde a solução para continuação do ensino foi o ensino remoto.

Os dados mais atualizados do INEP apontam um contraponto ao panorama geral de ingressantes, entre a EaD e o presencial. Especificamente na rede pública a maior parte dos ingressos ocorreu nas graduações presenciais: 85% (481.578). E os outros 15% (87.511) são alunos de cursos à distância. A diferença notável, porém ao contrário, é na rede privada, que nesse caso, 73% (3.226.891) dos ingressos foram na modalidade EaD, enquanto 27% (1.198.012) ingressaram em cursos presenciais (INEP/MEC, 2024). Mesmo assim, o diretor do Inep Carlos Eduardo Moreno Sampaio, afirmou que o instrumento é insuficiente para coletar dados mais precisos da EaD:

“O nosso instrumento está insuficiente para fazer uma descrição do EaD em função dessa expansão muito forte. Já estamos refletindo com o MEC para adequar os instrumentos e para ter um retrato mais amplo sobre os cursos de educação a distância. A gente observa que dos 5.570 municípios do Brasil, 3.392 têm estudantes matriculados em cursos de EaD. Esses municípios representam 93% da população brasileira” (MEC, INEP, 2024)

Com base na afirmação é possível dizer que a EaD é uma importante forma de expansão do ensino superior no Brasil.

Diante de alguns dados e pontos da expansão do ensino superior brasileiro, mostramos como esse avanço histórico foi significativo para a democratização e diversificação no aumento das matrículas. A ampliação das vagas permitiu que estudantes das camadas menos favorecidas tivessem a oportunidade de acessar o ensino superior. Honorato, Vargas e Heringer (2014) classificam estes estudantes como de “novo perfil”, que começaram a ingressar nas Instituições Federais de Ensino Superior, que, com a expansão, trouxeram novos desafios. No próximo item vou abordar algumas políticas de assistência estudantil criadas e dificuldades de permanência desses estudantes do ensino superior

1.2 Permanência Estudantil

Neste tópico, irei apresentar alguns dados que representam o número de ingressantes nas vagas reservadas por meio das cotas, os estudantes das camadas populares. Os desafios que esse novo grupo trouxe para as universidades apresenta a necessidade de proporcionar a permanência dos alunos com o objetivo de impedir a evasão, como a criação de políticas de assistência estudantil. E questões multidimensionais estão presentes no debate contemporâneo na permanência estudantil.

Após a expansão, Crespo (2021), vai dizer que as instituições de ensino superior federais passaram a receber mais estudantes de origem popular e “o grande desafio que se apresenta, uma vez que um público mais heterogêneo começa a ingressar no ensino superior, é a permanência e a conclusão desse nível da educação” (Crespo, 2021, p.17). Acabam surgindo dificuldades, como a falta de elementos básicos para esses estudantes conseguirem concluir o curso.

Pesquisa realizada pelo LEPES da UFRJ de avaliação das políticas afirmativas vai trazer uma variação percentual entre o ano de 2010 a 2019 com fontes do Inep (Heringer e Carreira, 2022). Esses dados mostram que o maior crescimento do ingresso dos estudantes das universidades federais entre 2010 a 2019 foi por meio das vagas de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (incluindo o critério de renda). Os últimos dados do Inep mostram o número de ingressantes cotistas na educação superior federal.

“O número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos. O salto se deve, em sua maior parte, à Lei de Cotas promulgada em 2012. Naquele ano, 40.661 alunos ingressaram em cursos de graduação em virtude de políticas dessa natureza” (Heringer e Carreira, 2022).

Já o Censo da Educação Superior 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela que 108.616 estudantes usufruíram das cotas somente no último ano (Inep, 2023).

Esse aumento retrata a importância do quanto os estudantes se beneficiam desses direitos. E o outro recorte vai trazer o número dos ingressantes pelas cotas.

“Os números retratam a democratização do acesso à educação superior ao longo da última década e corroboram com a atualização da Lei, sancionada recentemente pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o Censo, em 2022, 55.371 pessoas ingressaram em universidades, faculdades

e institutos federais pelo critério étnico-racial. Esse recorte de cotistas só é menor que o de 99.866 que estudavam em escola pública. Ao todo, 45.226 tinham renda *per capita* inferior a um salário mínimo meio. Além disso, 2.059 eram pessoas com deficiência e 3.359 utilizaram outros programas de reserva de vagas” (Inep,2023)

Diante disso, cabe ressaltar a importância que foi a democratização da educação superior nos últimos anos. Por outro lado, Honorato, Vargas e Heringer (2014) mostram que as novas políticas de acesso implicam uma análise na falta de políticas de permanência e assistência estudantil para esse “novo perfil de estudante estudantes”, que leva a ampliação da demanda por programas que visam garantir as questões básicas para estudantes que são socialmente vulneráveis no quesito socioeconômico, o que envolve a falta de condições financeiras para alimentação, transporte da casa para a universidade, material didático etc., um conjunto de dificuldades que tornam a trajetória desses estudantes difícil.

Diante desse novo cenário, de acordo com Heringer (2022) se coloca a questão de como proporcionar a permanência desses estudantes financeiramente enquanto cursam a universidade públicas. E autora afirma que:

“Com a ampliação de número de matrículas nas universidades federais a partir dos anos 2000, se amplia o debate liderado em grande parte pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis), que coloca em pauta a necessidade de ampliação destes mecanismos de apoio material e financeiro aos estudantes que dele necessitam, a fim de aumentar as chances de sua permanência no ensino superior”(Heringer, 2022 pág 60)

Heringer (2022) explica que o governo brasileiro lançou o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) que tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos estudantes da educação superior, com propósito de promover ações nas seguintes áreas: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultural; esporte; educação infantil para filhos de estudantes; acessibilidade para estudantes com deficiência; um conjunto de assistência estudantil que visa incentivar e apoiar o sucesso acadêmico do estudante durante o curso. E a autora também vai trazer um dado (SESU/MEC 2018) que entre os anos de 2008 e 2011 houve uma expansão nos números de benefícios concedidos através pelo PNAES; como por exemplo em 2013 a criação do Programa de Bolsa Permanência.

Pessoa (2024) destaca que a prioridade de estudantes beneficiados pelo PNAES são os que concluíram o ensino na educação básica na rede pública e/ou que apresentam baixa renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Prado (2020) destaca o PNAES como uma “política central” que destina os recursos para as instituições federais de ensino superior para promover a ampliação de condições de permanência dos graduandos, com o objetivo de reduzir a retenção e evasão. Sendo assim, através desse recurso, as universidades concebem os auxílios financeiros por meio de bolsas (moradia, digital, didático, permanência, transporte) e promovendo residência estudantil, alimentação no RU (restaurante universitário) e passe livre universitário.

É interessante enfatizar a importância da responsabilidade institucional das universidades, principalmente a pública, desenvolver diretamente meios necessários para os estudantes conclua a graduação com sucesso (Heringer, 2022 pág 64).

Entretanto, com tantos avanços ao longo das últimas décadas, ainda se encontram barreiras que dificultam a permanência para os estudantes cotistas, principalmente em cursos seletivos. A autora Rosana Heringer vai apontar como “permanência incompleta”, quando há dificuldades materiais e simbólicas que impedem que o estudante permaneça na graduação. O que seria a permanência “simbólica”? Em seu artigo, Heringer traz o que classifica a permanência estudantil:

(...) tais dimensões podem ser classificadas em: econômico (apoio financeiro, bolsas, auxílio transporte, alimentação, moradia etc.); acadêmico (apoio pedagógico, identificação de dificuldades acadêmicas dos estudantes e busca por respondê-las) e simbólicas (pertencimento, não discriminação, acolhimento, respeito à diversidade).”

Crespo (2024) mostra o estudo comparativo de Heringer e Vargas (2017) entre Argentina e Chile sobre o conceito de “multidimensionalidade da permanência estudantil” como uma questão complexa que vai englobar fatores além do material, como cultural, simbólico e psicológico. Como também fatores acadêmicos pedagógicos, já que os estudantes passam por diversos processos e precisam desenvolver inúmeras estratégias para superarem as rupturas ocorridas na passagem do ensino médio para o ensino superior, caso contrário, poderão fracassar. Diante desse recorte, a autora traz essas dimensões que envolvem a permanência e completa que, além das políticas de assistência material, também se faz necessário que outras dimensões tenham a devida importância e sejam debatidas. Um exemplo da permanência simbólica é a sensação que o estudante tem de não pertencer a um grupo ou/e à comunidade universitária, incluindo fatores como exclusão, estigma, preconceito e em casos de racismo. Outro é com relação à permanência acadêmica,

quando o aluno tem dificuldade de acompanhar leituras, discussões universitárias e não consegue usufruir de tudo o que o espaço universitário pode oferecer para o crescimento acadêmico.

Visto isso, a permanência estudantil vai além do material, incluindo questões simbólicas, como o emocional, pedagógico e contexto que o estudante vive.

Para este trabalho foram analisados artigos científicos publicados nos últimos 5 anos que tratam sobre a permanência, com a finalidade de aprofundar nas temáticas que estão presente na permanência do estudante universitário, para o debate contemporâneo. Esse conjunto de questões podem dificultar o sucesso acadêmico e buscou-se analisar se existem novas temáticas sobre a permanência estudantil que surgiram nos últimos anos. No próximo item irei contextualizar um pouco sobre a pandemia do Covid-19 que aconteceu a partir de 2020, que também teve impactos significativos na permanência estudantil.

1.3 Permanência e impactos na pandemia do Covid-19.

Neste tópico será resumido o que foi a pandemia e alguns impactos na permanência estudantil que geraram consequências, como questões relativas à saúde mental, desempenho acadêmico e relação entre professor e estudante.

Segundo o portal Brasil Escola a Covid-19 "é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2¹." Em 19 de março de 2019, a Organização da Saúde Mundial (OMS) classificou a Covid-19 como uma pandemia, que ocorre quando uma doença afeta uma área bem ampla e atravessa fronteira internacionais contaminando um grande número de pessoas. Com o intuito de impedir o avanço da doença foi decretado o lockdown (confinamento), sendo necessário o afastamento social (Brasil, 2023). A pandemia durou entre 2020 e 2023, durante parte desse período somente poderiam ficar abertos serviços essenciais como hospitais e mercados, a fim de seguir os protocolos de segurança da OMS. Com isso, as universidades federais precisaram interromper suas atividades.

Honorato e Borges (2022) explicam que quando houve a pandemia da Covid-19 no Brasil, as instituições federais suspenderam suas atividades presenciais, mantendo-se somente atividades

¹ Para mais informações do Portal Brasil Escola. Disponível no link: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm#Resumo+sobre+a+pandemia+de+covid-19>
Acesso em 9 de abril de 2025.

essenciais, como o da área da saúde. Os autores afirmam que a pandemia trouxe diversos desafios não somente para as instituições e seus planejamentos, mas para a vida dos estudantes, que tiveram que parar a graduação no ano em que a pandemia estava no auge, assim protelando a colação de grau, pós-graduação, e novos ingressantes. Com essa nova realidade, as instituições federais encontraram uma possibilidade de continuar mantendo suas atividades (ensino, extensão e pesquisa), que foi a implementação do ensino remoto emergencial.

Honorato e Borges (2022) mostram que o MEC (Ministério da Educação) e o Congresso Nacional autorizaram oficialmente as substituições das atividades presenciais pela remota, e que portanto estava autorizado o ensino remoto e a destinação de recursos orçamentários promover assistência e auxílios de equipamentos para o ensino remoto emergencial:

“os recursos do Pnaes, de R\$ 1,08 bilhão no Orçamento Geral da União para 2020. poderiam ser utilizados para inclusão digital; o anúncio da contratação emergencial, por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, de pacote de dados móveis seria destinado a alunos em condição de vulnerabilidade econômica” (Honorato e Borges, 2022).

Essas ações foram direcionadas em específico para estudantes em vulnerabilidade social que não tinham recursos, com a finalidade promover o acesso digital e equipamentos para esses estudantes acompanhar as atividades remotas, “além de recursos financeiros providos pelo Ministério da Educação (cerca de R\$18 milhões divididos entre as IES no âmbito do “Programa Alunos Conectados”). E várias universidades também utilizaram recursos próprios de seus orçamentos para custear ações de inclusão digital durante o ensino remoto. (Painel Coronavírus. Ministério da Educação)².

As universidades tiveram que se adaptar o mais rápido possível à “nova” realidade, sendo assim as salas de aula foram substituídas por plataformas de comunicação virtual e a interação entre professores e estudantes foi através de telas. Entretanto, em meio à crise sanitária que não se sabia quando iria terminar, foi a solução mais viável que as instituições encontraram para continuar suas atividades.

Durante o período pandêmico, no decorrer do ensino remoto houve questões que dificultaram a permanência do estudante. Jesus, Martins e Vieira (2022) destacam alguns desses casos: dificuldade de acesso às plataformas digitais para estudantes que não nenhuma

² Para mais informações link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/coronavirus> Acesso em 9 de abril de 2025.

familiaridade como a tecnologia; conciliar trabalho, estudo e família dentro do mesmo ambiente e também afetando a saúde física e mental do corpo docente e discente (quem passou por perdas de seus entes queridos, pegou covid, depressão etc.).

Honorato e Borges (2022) apontam uma “queda na qualidade” do ensino por parte do estudante universitário no período da pandemia. Segundo Maximo (2021, apud Honorato e Borges, 2022), não houve uma reflexão mais apurada sobre em que condições os estudantes “assistiam” às aulas e realizavam estudos. Os autores Cord et al (2021) também trouxeram uma análise de dificuldades relatadas pelos os próprios estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina sobre o ensino remoto, incluindo “adaptação às mudanças abruptas, à nova configuração da casa e às novas formas de ensino-aprendizagem; dificuldades materiais (como a falta de equipamentos adequados); “quebra de expectativas” para o ano de 2020 e falta de motivação para criar novos objetivos”.

Esses são alguns pontos citados entre inúmeras dificuldades que afetaram o acesso e permanência dos estudantes no período pandêmico. Crespo (2024) vai apontar que, em meio à crise sanitária global, as instituições de ensino superior expandiram ações para garantir a permanência estudantil, tanto material quanto simbólica (como inclusão digital, moradia, alimentação, assistência psicológica, financeira e pedagógica). No entanto a autora ressalta que em pouco tempo as instituições de ensino superior tiveram que se adaptar, mas afirma:

“As transformações ocorreram de maneira desigual nas diferentes esferas institucionais. A pandemia de COVID-19 acelerou mudanças significativas, mas desiguais no ensino superior, e se tornou difícil para as IES retornarem às práticas e desafios anteriores, pois o “normal” do passado não estava mais disponível (Sampaio; Pires; Carneiro, 2022; CRESPO, 2024)

A autora diz que a crise sanitária somente evidenciou desigualdades sociais e educacionais que já existiam anteriormente.

A pandemia de Covid-19 acentuou as desigualdades no acesso e permanência, impactando estudantes de diferentes contextos e condições socioeconômicas, como compartilhar o uso do equipamento com a família; dificuldade de concentração e/ou adaptação ao ensino remoto; problemas na qualidade do acesso à internet; problemas financeiros; intensificação de crises pânico, ansiedade e depressão impactando o bem-estar.

Diante de alguns pontos apresentados, os autores trouxeram informações que mostram o quanto foi desafiador esse período para corpo docente das instituições de ensino superior e para estudantes acompanharem os anos letivos em meio a realidade que estavam vivendo no momento.

Crespo (2024) relata que, quando a pandemia teve fim, as instituições tiveram dificuldades para retornar ao antigo estado normal de ensino pois “o passado já não está mais presente pois o mundo que deixamos em 2020 não existe mais” (Crespo, 2024 pág: 94). Como base nisso, é necessário as instituições refletirem sobre essas marcas deixadas pela pandemia com a finalidade de melhorar suas políticas de acesso e permanência estudantil.

CAPÍTULO 2 - Metodologia da pesquisa: passo a passo do projeto PIBIC

Neste capítulo será explicado sobre a metodologia que fundamenta esta pesquisa, a qual originou-se das do projeto de pesquisa desenvolvido pelo LEPES - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Faculdade de Educação/UFRJ) A metodologia deste trabalho se originou do projeto “Estudos sociológicos sobre ensino superior no Brasil: contribuições contemporâneas”, sob a coordenação da professora Rosana Rodrigues Heringer, tendo como equipe de bolsistas de iniciação científica, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, eu (Taynara Alves) e mais duas bolsistas: Lilian Pereira que participou na primeira etapa; e Beatriz Toledo que teve sua participação na segunda etapa. O projeto teve como objetivo contribuir para um mapeamento de questões emergentes e possíveis agendas de pesquisa no debate sociológico sobre o ensino superior brasileiro contemporâneo.

A construção desse projeto foi produzida em duas etapas. A primeira consistiu em leitura e análise dos seguintes textos: Neves (2002), Martins e Weber (2010), Almeida e Hey (2018), Neves, Sampaio, Heringer (2018), Barbosa e Gandin (2020). Durante esse momento, buscamos analisar os principais temas abordados no campo de estudo nos últimos 20 anos sobre o ensino superior entre 2000 a 2020 e levantar hipóteses de possíveis temas que apareceriam na segunda etapa. A identificação desses temas foi realizada através de fichamentos e mapas mentais dos textos citados acima, como forma de facilitar a organização e visualização de informações que cada texto trouxe de estudos do campo.

Com temas e tópicos mapeados e pré-estabelecidos, a segunda etapa consistiu no levantamento de artigos publicados entre 2020 e junho 2024 nas revistas da área de educação classificação Qualis A1 da CAPES, que representa a mais alta classificação de periódicos científicos, indicando que a revista tem um alto nível de qualidade e impacto na sua área de conhecimento. Os artigos selecionados foram por meio dos títulos que tinham relação com o ensino superior.

2.1 Leitura e discussão da bibliografia na primeira etapa

Neste item apresentamos uma síntese dos textos citados anteriormente, que foram fundamentais para a discussão e formulação do embasamento bibliográfico do projeto. Cada um

desses textos traz um pouco sobre as questões presentes no debate sobre ensino superior entre 2000 e 2020.

O artigo de Neves (2002) mostra estudos sobre a expansão do ensino superior como objeto de pesquisa com foco no sistema público e privado, trazendo análises e reflexões sobre a ideia de universidade no Brasil que já existiam desde 1970 e como novos temas foram sendo incorporados ao debate ao longo das décadas.

O texto de Martins e Weber (2010) analisa a bibliografia disponível nos periódicos brasileiros do campo das ciências sociais e humanas na década, exploram e organizam para o debate sociológico em relação à educação básica e ensino superior. Na parte sobre o ensino superior, separam o conjunto de temas em três eixos. E o eixo classificado como “relação entre ensino superior e sociedade” agrupa: acesso e permanência no ensino superior, desigualdades sociais diante da educação, políticas de inclusão, entre outros. Em relação à bibliografia relacionadas ao acesso e permanência, mostram alguns dos assuntos abordados que são: processo e de entrada e permanência de estudantes de origem de escolas públicas; entrada de mulheres em curso de graduação composto em maioria por homens, e persistência de padrões na sociedade brasileira de desigualdades econômicas; sociais e culturais para o sistema universitário.

Em sequência o artigo de Neves, Sampaio e Heringer (2018), trata da construção do ensino superior como campo da pesquisa, mostrando o reconhecimento da importância desse campo na sociedade e na Sociologia. As autoras chamam a atenção para o debate sobre as questões “como igualdade de oportunidades, desigualdades sociais, estratificação e diversidade, investimentos em políticas sociais, decisões estratégicas em relação à formação de quadros profissionais e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no mundo globalizado”.

Almeida e Hey (2018) abordam a ampliação de políticas públicas sobre acesso e permanência estudantil no campo de pesquisa da sociologia, observando características de estudantes e desigualdades educacionais.

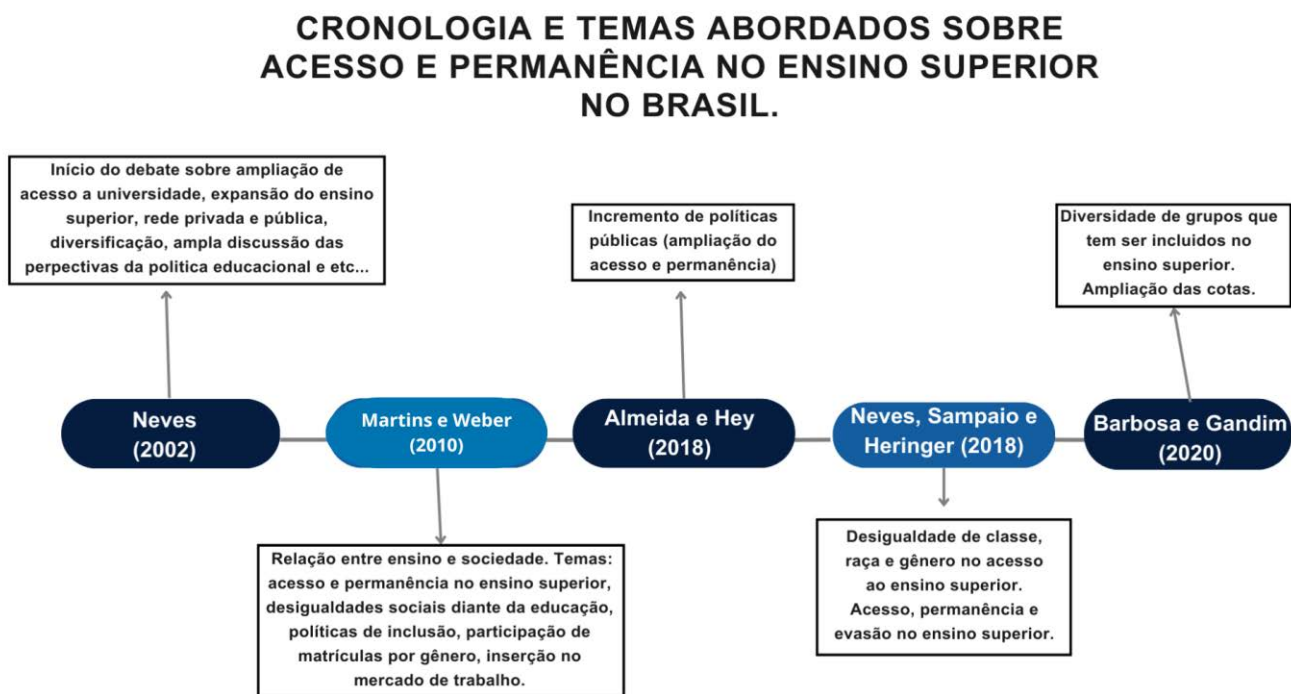
O texto de Barbosa e Gandin (2020) mostra estudos, artigos e pesquisas nacionais das ciências humanas e suas relações com a sociologia da educação, abordando as igualdades e desigualdades sociais, e a influência que tem na trajetória social da pessoa e seus processos de socialização.

Buscando compreender, analisar e entender questões sociais que estão dentro do sistema educacional brasileiro, Barbosa e Gandin (2020) trazem um recorte sobre o ensino superior e a

estratificação horizontal, que se refere à desigualdade de classe, gênero e raça na educação superior. O artigo traz autores que abordam diferentes perspectivas sobre a desigualdades no ensino superior.

Cada artigo ressalta uma temática sobre o ensino superior e o que estava sendo estudado no campo de pesquisa em cada momento, um leque de assuntos variados sobre o ensino superior. Para detectar melhor o que cada artigo mostra em específico em relação ao tema do acesso e permanência, elaboramos um mapa mental em ordem cronológica.

FIGURA 1:



Legenda: Diagrama do mapa mental sobre o que cada artigo trouxe sobre acesso e permanência no ensino superior.

Fonte: elaboração da autora.

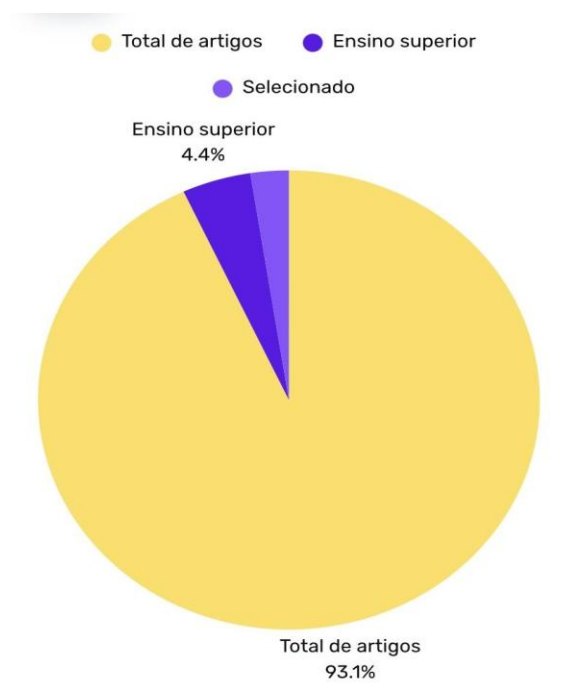
A partir da cronologia percebe-se que acesso e permanência é um assunto explorado nos últimos 20 anos, e com o decorrer do tempo novos estudos apresentaram novos dados, análises e reflexões para construir novos conhecimentos, ampliando as análises sobre estes temas.

Com base nas leituras da primeira fase, levamos em conta os temas tratados nestes artigos para criar hipóteses de possíveis temas que poderiam aparecer nas leituras dos artigos publicados nas revistas de educação no período 2020-2024. Identificamos, por exemplo, dificuldades na pandemia, como o ensino remoto e a falta de recursos tecnológicos, problemas emocionais e psicológicos que afetam a qualidade no ensino e aprendizagem, a dificuldade de permanência de pessoas com deficiência, entre outros temas. No próximo tópico será explicado como ocorreu a segunda fase da pesquisa e como foi organizada a seleção e classificação dos artigos.

2.2 Seleção das revistas, dos artigos e leitura dos resumos

O projeto iniciou sua segunda fase com o levantamento dos artigos publicados entre 2020 e junho de 2024 nas revistas da área de educação da Qualis A1 da Capes. As 37 revistas de educação encontradas tiveram um total de 9.137 artigos sobre educação. Filtramos essa quantidade selecionando os artigos com títulos que tivessem falando sobre o ensino superior, chegando ao total de 437 artigos, como apresentado no gráfico a seguir:

FIGURA 2: Proporção de artigos identificados com temática sobre ensino superior.



Fonte: elaboração da autora.

Em seguida houve mais uma filtragem das revistas, em que foram selecionadas revistas que tivessem mais de 20 artigos que falassem sobre o ensino superior. Com este critério chegamos ao total de 8 revistas a serem analisadas:

- Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação (Cesgranrio);
- Educação em Revista (UFMG);
- Educação & Sociedade (CEDES);
- Cadernos de Pesquisa (FCC);
- Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP);
- Revista Brasileira de Educação (INEP);
- Educação e Pesquisa (Revista da Faculdade de Educação da USP);
- BOLEMA : Boletim de Educação Matemática (UNESP).

Nestas 8 revistas identificamos 242 artigos que foram classificados por tópicos, dentro do tema ensino superior, a partir da leitura dos resumos.

Identificamos e classificamos os artigos nas seguintes codificações (assuntos representados por números):

QUADRO 1: CODIFICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS POR TEMAS

1) Diversidade Institucional (público x privado)	11) Inclusão no ensino superior
2) Ações afirmativas/cotas/heteroidentificação	12) Internacionalização
3) Acesso e/ou permanência	13) Estratificação horizontal
4) Financiamento no ensino superior	14) Egresso no mercado de trabalho
5) PROUNI/FIES	15) Relações de gênero
6) Qualidade do ensino superior	16) Extensão universitária
7) Expansão do ensino superior	17) Gestão universitária
8) Educação a distância	18) Formação de professores
9) Pandemia e seus efeitos	19) outros
10) Evasão	

Fonte: elaboração da autora.

O quadro acima mostra como a equipe classificou os temas sobre o ensino superior identificados a partir da leitura dos títulos dos artigos. Então, a partir da leitura dos resumos, os artigos foram codificados por números referentes ao assunto que estava sendo tratados que tivessem relação com o tema. Após essa identificação e classificação foi criada uma planilha que representa a quantidade de artigos para cada tópico nas 8 revistas selecionadas. A seguir a tabela de codificação:

TABELA 1: CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS

	Acta. Paulista de Enf.	Caderno de Pesquisa	Educação em Revista	Faculdade de Educação UPS	Av. Políticas Públicas em Edc.	Educação e sociedade	Brasileira de Educação	Bolema	Total
1	X	2	1	1	1	2	3	X	10
2	X	5	4	1	3	1	2	X	16
3	8	X	6	8	7	2	1	2	34
4	X	X	1	1	2	1	X	X	5
5	X	X	1	1	X	X	X	X	2
6	2	X	2	1	8	4	3	3	23
7	X	X	1	X	4	1	2	X	8
8	1	2	6	X	2	X	1	5	17
9	6	X	2	3	5	2	2	5	25
10	X	2	3	2	4	1	X	X	7
11	X	X	3	X	2	1	3	X	3
12	X	X	2	X	5	2	1	X	2
13	X	X	1	X	X	X	2	X	1
14	1	2	X	X	X	X	3	2	8
15	3	12	X	X	X	X	5	8	28
16	7	X	3	3	X	X	4	1	18
17	X	X	2	X	1	X	X	7	10
18	X	1	1	4	X	X	X	X	6
19	X	1	X	X	1	X	X	X	2

Fonte: Projeto PIBIC - LEPES (2022-2024).

Legenda: Tabela quantitativa de artigos por código. Elaborado durante o PIBIC, mostra a quantidade de cada que cada revista tem por assuntos sobre o ensino superior, sendo acesso e permanência (código 3) com maior número de artigos. A letra "x" representa que não há artigo relacionado ao tema.

A codificação na planilha mostra o total de artigos para cada código. Dentre 242 artigos, 34 são sobre acesso e permanência no ensino superior (tema 3), sendo o tema mais estudado. Esses dados mostram que nos últimos anos estudos sobre acesso e permanência são os temas mais pesquisados no campo. Talvez ainda exista a busca por respostas sobre barreiras que dificultam a trajetória acadêmica do estudante na universidade como: saúde mental, pertencimento, desigualdade de oportunidades, trajetória. E esses primeiros dados enfatizam a grande importância do debate sobre acesso e permanência universitária estudantil.

Com base nos resultados da seleção, análise e codificação dos artigos foram então identificados 34 artigos que tratam sobre acesso e permanência durante esse período. Entretanto, para esta monografia, apenas os artigos publicados em 2023 e 2024 foram selecionados para análise reduzindo para o total de 12 artigos. Foi realizada uma leitura completa desses artigos, trazendo análises e reflexões dos estudos sobre acesso e permanência no ensino superior brasileiro durante esse período, que será apresentada a seguir.

CAPÍTULO 3 - Leitura e Análise dos artigos sobre acesso e permanência.

Para este capítulo, após os resultados das primeiras etapas da pesquisa, será apresentada a análise realizada a partir da leitura dos 12 artigos escolhidos, publicados entre 2023 e 2024. Apresentamos o que as pesquisas e estudos mostram em termos de pontos em comum e diferenças, identificando as fases da trajetória do estudante no ensino superior.

Partindo da leitura dos artigos, foi identificado que cada pesquisa ou estudo apresenta etapas e dificuldades da trajetória acadêmica dos estudantes, fazendo-se comparação às fases da corrida de obstáculos, como foi mencionado no início desse texto.

Cada etapa é classificada em: acesso, permanência e conclusão, que seria o sucesso da linha de chegada da corrida. Os textos mostram essas diferentes etapas e cada um aborda uma fase do estudante nessa corrida ao sucesso. Os textos tratam de diferentes perfis em diversos contextos dentro dessa mesma corrida, incluindo estudantes mulheres, quilombolas, indígenas, vestibulandos, transgêneros, gays, lésbicas ou de curso de exatas. Caracterizam-se como diversos perfis de estudantes que, conjuntamente, passam pelas mesmas barreiras e dificuldades em ingressar e permanecer no ensino superior brasileiro.

Entretanto, antes de dar início às análises, identificamos durante a leitura que dois artigos precisavam ser recodificados. Com isso regressamos um pouco à metodologia da segunda fase desta pesquisa com a finalidade de justificar porque dois artigos não serão incluídos nas análises.

Na segunda etapa desta pesquisa os artigos foram codificados por temas sobre o ensino superior a partir da leitura dos resumos. Todavia, após a leitura mais detalhada dos artigos selecionados, dois textos não tratam exatamente sobre acesso e permanência. Sendo assim foram recodificados como mostramos no tópico a seguir.

3.1 Recodificação dos artigos analisados.

Após a leitura detalhada dos textos, identificamos que dois artigos têm ideias apresentadas sobre outros assuntos que estão presentes no ensino superior, mas não tem relação com o que está sendo proposto nesta pesquisa, que tem como foco os temas do acesso e permanência. Então, no caso destes 2 artigos, a codificação foi modificada para o assunto que estava sendo discutido no texto. Em relação aos demais artigos não houve alteração na codificação. Para melhor visualização,

o quadro a seguir mostra a primeira codificação a partir da leitura dos resumos e ao lado a recodificação dos dois artigos:

QUADRO 2: RECODIFICAÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Artigo	1ª codificação	Recodificação
A constituição da assistência estudantil como campo científico.	acesso e permanência	Ações afirmativas/cotas/heteroidentificação
Blindar-resistir:educação das moças da faculdade de medicina da Bahia 187-1949.	acesso e permanência	—
Diversidade, estigmatização e pertencimento ao contexto universitário.	acesso e permanência	—
Egressos do PPGE/UFAM: autoavaliação produção e destinos profissionais	acesso e permanência	—
Elementos de reflexividade na socialização acadêmica de estudantes de primeira geração na educação superior	acesso e permanência	—
Engajamentos e qualidade de vida dos graduandos de enfermagem e medicina	acesso e permanência	—
Estudantes quilombolas na educação superior: políticas afirmativas de acesso e permanência	acesso e permanência	—
Jalecos Brancos: Trajetórias e desempenho de cotistas do curso de medicina da UNB	acesso e permanência	—
Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando	acesso e permanência	—
Ofício de vestibulando: impasse da juventude na transição para o ensino superior	acesso e permanência	—
Revisão sistemática de estudos sobre autorregulação da aprendizagem na matemática no ensino superior	acesso e permanência	—
Universidade em questão: as instituições comunitárias e a dimensão formativa da gestão	acesso e permanência	Gestão universitária

Fonte: elaboração da autora.

O primeiro texto “A constituição da assistência estudantil como campo científico” tem como objetivo compreender o ponto de vista mais teórico sobre as questões gerais de assistência estudantil e às principais políticas e como está sendo construindo no campo científico, e como esse serviço de assistência e apoio pedagógico está sendo aplicado nas universidades federais. Traz também o ponto de vista profissional dessa construção por relatos de aplicação de entrevistas de gestores e profissionais que tinham entendimento sobre a assistência estudantil e apoio pedagógico nas universidades federais (Dias e Sampaio: 2023).

O segundo artigo “Universidade em questão: as instituições comunitárias e a dimensão formativa da gestão” tem como objetivo fazer um diálogo entre a base da filosofia da educação e a dimensão da formativa da gestão na universidade comunitária, tendo como referência a dimensão da universidade pública ou privada para formação dos estudantes nos cursos de graduação (Lopes, Schuler, Casagrande e Rossetto; 2023).

Dentro do exposto, os artigos abordam questões pertinentes sobre o ensino superior, mas não tratam especificamente sobre acesso e permanência do estudante. No próximo item serão apresentados os 10 artigos que abordam a questão proposta nesta pesquisa.

3.2- O que os artigos abordam sobre acesso e permanência.

Os 10 artigos analisados apresentam alguns pontos identificados dentro do contexto da trajetória do estudante sobre acesso e permanência. Apresentam como pontos em comum os tipos de desafios e questões que esses estudantes enfrentam. Alguns textos vão apontar vivências durante a pandemia, como o lugar do vestibulando ou a falta de se sentir pertencente ao ambiente universitário.

Na sequência, para visualizar com mais clareza e melhor compreensão, foi elaborado um quadro com resumos e pontos principais dos artigos mostrando: autores, ano de publicação, o perfil do estudante de que trata o artigo, os desafios e o resumo do assunto que abordam.

QUADRO 3: SÍNTESE DOS ARTIGOS ANALISADOS

Título do artigo	Autores	Ano	Tipo de estudantes	Desafios abordados	Assunto
Blindar-resistir:educação das moças da faculdade de medicina da Bahia 1879-1949.	Oliveira	2023	Mulheres da elite	Preconceito. Machismo. Segregação dos colegas do curso em relação aos saberes. Exclusão das matérias sobre o corpo feminino	É uma resenha do livro “As damas de branco: médicas, odontológicas, farmacêuticas” na faculdade de medicina da Bahia entre 1879-1949. Em síntese mostra a passagem de 412 mulheres no ensino superior, enfrentando os desafios em seus cursos que eram compostos em maior parte por homens, eram excluídas com relação à produção de conhecimento e a para assistir às aulas dependiam da presença de uma figura masculina familiar. Mostra as estratégias que usaram para permanecer no curso.
Diversidade, estigmatização e pertencimento ao contexto universitário.	Freitas, Esther e Santos	2023	Coletivos universitários de pessoas negras, mulheres e diversidade sexual (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais)	Estigma Discriminação violência	Um estudo que analisa o processo de estigmatização de estudantes visto como <i>outsiders</i> ³ aos grupos no ambiente universitário. Buscam (re)construir sua identidade e reconhecimento sobre o contexto étnico, orientação sexual, identidade cultural, e classe social na universidade.

³ Outsider: “é um termo da língua inglesa utilizado para transmitir diversos significados relacionados ao não pertencimento. Ser outsider é ser de fora, um forasteiro, um estranho em relação a um lugar ou grupo específico”. Disponível em: [:SciELO Brasil - <i>Outsiders</i>: um conceito de difícil operacionalização na Ciência Política <i>Outsiders</i>: um conceito de difícil operacionalização na Ciência Política](#) (Acesso em: 13/06/2025). Outsider na sociologia refere-se ao indivíduo que em grupo que são marginalizados ou excluído da sociedade devido ao comportamento ou características que são contra os valores e normas sociais estabelecidos do grupo dominante; essa definição de outsider fundamenta em dois aspectos teóricos que são: para Howard Becker é alguém rotulado como desviante por um grupo dominante ou estabelecido, que define as regras e normas sociais. E para Norbert Elias, que usa o termo para alguém um contexto mais amplo, em grupos sociais, é visto com diferente e excluído pelo grupo dominante.

Egressos do PPGE/UFAM: autoavaliação produção e destinos profissionais	Silva, Fernandes, Garcia e Magalhães.	2024	Pós-graduação.	Desafios na inserção profissional aos títulos acadêmicos em uma região do Brasil.	O artigo analisa o processo de inserção nos programas de pós-graduação na Universidade Federal do Amazonas. Os mesmos desafios encontrados na graduação continuam no processo de formação de mestre e doutores.
Elementos de reflexividade na socialização acadêmica de estudantes de primeira geração na educação superior	Caregnato e Miorando	2023	Cotista, primeiros da família a ingressar no ensino superior.	Desigualdade socialização. Exclusão em curso elitizados. Conciliar trabalho e estudo. Evasão.	O artigo tem como objetivo analisar estudantes que são os primeiros da geração a conseguir ingressar no ensino superior. Por meio de entrevistas os autores analisam aspectos da trajetória que envolvem desafios na vida acadêmica e também sendo uma conquista individual e familiar.
Engajamento e qualidade de vida dos graduandos de enfermagem e medicina	Beccaria, Parro, Pinto, Spina, Galisteu e Pereira	2023	Enfermagem e medicina	Transtornos emocionais psicológica e emocional (depressão, ansiedade e estresse) falta de suporte familiar. insatisfação com o desempenho acadêmico. baixa renda.	Um estudo que analisa a importância do equilíbrio dos fatores sociais e psicológicos que impactam diretamente na vida acadêmica do estudante, incluindo o apoio familiar, recursos pessoais, auxílio de colegas e amigos, autoconfiança, valores etc.
Estudantes quilombolas na educação superior: políticas afirmativas de acesso e permanência	Feldmann e Libório	2023	Quilombolas	Evasão. Desigualdade social e cultural. Desafios no ensino remoto durante a pandemia Falta de conhecimento sobre o ingresso.	É um estudo que busca analisar o acesso e permanência de estudantes quilombolas no ensino superior. Por meio de entrevista relatam os desafios desses estudantes no período da pandemia, a falta de reconhecimento e pertencimento no ambiente acadêmico e obstáculos que dificultam o acesso e permanência no ensino superior. E também aponta que é

				Desafios sobre a distância e adaptação da vida acadêmica	o perfil de estudante em menor porcentagem que estão no ensino superior.
Jalecos Brancos: trajetórias e desempenho de cotistas do curso de medicina da UNB	Costa e Moura	2023	Cotistas.	Desigualdade social. Evasão. Exaustão. Dificuldade de adaptação à vida universitária. Dificuldade ao ensino remoto durante a pandemia.	O artigo apresenta estudo usando como método entrevista de estudantes cotistas no curso de medicina, contam a trajetória acadêmica na Universidade de Brasília. O artigo discute se, apesar das desigualdades sociais que enfrentam, cotistas e não cotistas possuem semelhanças no desempenho acadêmico e se vestem com o mesmo jaleco branco.
Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando	Senkevics e Carvalho	2023	Concluinte do ensino médio Vestibulando	Falta de reconhecimento como estudante. Percepção social como jovem nem-nem ⁴ Oportunidade. Meritocracia.	O artigo busca entender os desafios e perspectivas de jovens das camadas populares sobre a transição para o ensino superior, na corrida para ingressar no curso que deseja.
Ofício de vestibulando: impasses da juventude na transição para o ensino superior	Senkevics e Carvalho	2023	Concluinte do ensino médio. Vestibulando	Acesso. Perspectivas pós ensino médio. Escolha entre trabalhar e estudar. Rotina de estudo incertezas sobre o ingresso ao ensino superior.	O artigo analisa a geração de jovens que concluíram o ensino médio que estão em curso pré-vestibulares, comunitários e particulares, tentando ingressar no ensino superior, e tem como foco observar as perspectivas da ponte que liga as duas realidades, estudar ou trabalhar. Analisa como suas perspectivas se organizam para essa transição, em meio às cobranças sociais entre a escolha de trabalhar e estudar.

⁴ Nem-nem é o apelido para "Geração de jovens ou adultos que não estão nem trabalhando, nem estudando, abrangendo principalmente a faixa etária entre 18 e 24 anos." Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/geracao-nem-nem.htm> (Acesso em 13/06/2025).

O conceito de "nem-nem" surgiu para descrever um contexto específico enfrentado por jovens que por causa de diversos motivos não estão trabalhando ou estudando. Para Eliane Ribeiro, esse termo refere-se a jovens que não estão engajados na educação formal ou no mercado de trabalho remunerado. Essa definição descreve uma parcela da população jovem que se encontra a margem do sistema educacional e do trabalho.

Revisão sistemática de estudos sobre autorregulação da aprendizagem na matemática no ensino superior	Semensato, Pilatti, Damiani e Pinheiro	2023	estudantes do curso de exatas.	Desempenho acadêmico. Estratégias para autorregulação da aprendizagem. Emocional. Desigualdade social.	Revisão literária que analisa sobre a autorregulação da aprendizagem do estudante no ensino superior em cursos de exatas que tem como eixo central a matemática. Quando o estudante ingressa acaba enxergando a disciplina como obstáculo para continuar no curso, a dificuldade das disciplinas faz com que alguns evadem. E traz análise sobre o que os estudantes fazem para autorregulação da aprendizagem cognitiva/metacognitiva, motivacional, e emocional/afetiva.
--	--	------	--------------------------------	---	--

Fonte: elaboração da autora.

Considerando o que está apresentado na tabela acima, os artigos retratam pontos comuns e algumas divergências no contexto do acesso e permanência no ensino superior. Referem-se às questões que os estudantes vivem desde do seu ingresso, permanência e conclusão.

O estudante tem o direito de ingressar e se manter nos espaços da universidade e isso envolve a garantia da entrada, superando barreiras sociais, econômicas e outras que possam impedir sua participação.

Nesta análise os artigos mostram que, dentro da palavra “estudante”, existe uma variedade de perfis, que, no caso dos artigos analisados, são assim identificados: mulher, vestibulando, quilombola, indígena, trans, trabalhador, pai, mãe ou o primeiro(a) da geração a realizar o desejo de uma família inteira. E apontam barreiras com relação a suas características sociais, culturais, contextos em que vivem ou como são vistos na sociedade.

Apesar de cada artigo trazer um perfil de estudante, as dificuldades vivenciadas em parte se tornam comuns, como por exemplo: a falta de recursos, falta de pertencimento/reconhecimento, dificuldades e formas de ajustar a vida ao ambiente acadêmico. Em casos mais específicos há relatos de violência, dificuldades de conciliar trabalho e estudo, exclusão, segregação, dificuldades psicológicas, emocionais e de apoio. Considerando a pandemia, houve um agravamento das dificuldades, com a falta de recursos digitais, falta de conhecimento prévio das tecnologias, limitação para estudar em casa, e pouco proveito com relação ao ensino e aprendizagem.

Destacamos aqui questões apresentadas em alguns dos artigos, que ilustram estas dificuldades, levando em conta grupos específicos de estudantes.

Como mostram Feldmann e Libório (2023) os estudantes quilombolas relatam as principais dificuldades encontradas acessar o ensino remoto na pandemia: não ter praticidade integralmente das atividades em razão pela falta de internet, dificuldade no entendimento por causa da pouca interação com o professor, falta de atenção, foco, tempo, tempo, adaptação nos horários, excesso de atividades e prazo curto para entregá-las, condição social por viverem em lugar de difícil acesso e disponibilidade de internet e etc. (Feldmann e Libório, 2023)

Entretanto, essas dificuldades começam antes mesmo do ingresso, como mostram Senkevics e Carvalho (2023). Com base na vivência de vinte estudantes no Distrito Federal, buscaram analisar a perspectivas na transição de jovens concluintes do ensino médio e em maioria frequentadores de cursos populares que lutam para alcançar o ingresso na universidade, sendo jovens que compõem a primeira geração de suas famílias a tentar o acesso. Pelos depoimentos dos jovens, os autores identificam quatro elementos que marcam essa transição de vestibulando:

“(...) engajar-se em uma rotina de estudo, conhecer as regras do jogo, negociar um projeto familiar e lidar com as incertezas do futuro próximo. Em alguma medida, todos os entrevistados habitavam um não lugar da transição médio-superior e orbitavam em torno das possibilidades e desafios para construir um ofício do vestibulando” pág:17.

Baseando-se no que foi citado, os desafios começam na conclusão do ensino médio e antes mesmo do ingresso, principalmente para aqueles que não podem se dedicar integralmente ao vestibular e em maioria buscam formas de sustento a curto prazo. E entende-se que essa geração se vê na obrigação de “correr atrás” de oportunidades, visto que quando se está nessa transição de incerteza, ficam entre trabalhar ou estudar, torna-se um desafio na construção do papel de vestibulando e futuro ingressante na universidade.

E estudantes, que estão socialmente em situação de vulnerabilidade social, quando consegue passar por essa transição enfrentam desafios que dificultam sua permanência como já mencionado neste tópico. Apesar desses desafios, Freitas, Esther e Santos (2023) apontam como desafios a questão da falta de pertencimento ao contexto universitário, trazendo os estudantes

*outsiders*⁵. E demonstram que esses estudantes, através da resistência⁶ buscam com a própria presença serem reconhecidos e pertencerem a esse ambiente, afirmando que a universidade é para todos. No próximo item, serão pontuadas algumas reflexões para o debate contemporâneo.

3.3- Reflexões para o debate contemporâneo

No decorrer desta pesquisa, buscou-se compreender o que estava sendo pesquisado e estudado sobre acesso e permanência no ensino superior brasileiro durante os últimos anos, com finalidade de contribuir para o debate contemporâneo sobre ensino superior no Brasil.

Parte das minhas leituras para esta monografia ocorreram no ônibus. Em um dia de semana, quando eu estava voltando para casa de ônibus, na parte da noite, havia um grupo de 4 jovens no mesmo ônibus junto comigo. Não resisti em ouvir o que estavam conversando. Falavam sobre o que iriam fazer quando terminassem o ensino médio. O primeiro jovem dizia: “eu preciso estudar, preciso entrar na faculdade para conseguir um bom emprego.” Em seguida, o segundo jovem respondeu: “Não perca tempo, você vai perder no mínimo de 4 a 5 anos para terminar uma faculdade. Você precisa logo trabalhar para conseguir as coisas (...)”. O primeiro jovem respondeu: “meu (...) conseguiu entrar na faculdade e fez em 5 anos, trabalhando e estudando, diz que foi difícil, mas hoje está bem de vida”. E o segundo jovem respondeu novamente: “então escolha alguma coisa que dure no máximo 3 anos, pra não perder tempo, eu prefiro trabalhar e fazer preparatório militar.”

No momento que esses jovens desceram do ônibus, comecei a refletir sobre os artigos que estudavam as perspectivas e ofício do vestibulando, na transição do ensino médio ao ensino superior. Os estudantes elaboravam planos que estavam entre a “meritocracia” da carreira dos sonhos e “correr atrás” da primeira oportunidade que chegasse ao sucesso mais rápido. O diálogo desses jovens retrata em parte a perspectiva que os textos tratam e o impasse sobre a escolha do

⁵ Na pesquisa “pesquisa, raça, gênero e diversidade sexual foram adotados como elementos “definidores” dos outsiders, considerando que as repercussões psicossociais de suas pertencas grupais ainda fazem com que eles ocupem a posição de minorias, em meio às relações de poder estabelecidos-outsiders.” (Freitas, Esther e Santos; 2023) página: 16.

⁶ Afirmando a singularidade através de atos de resistência como: “sem “disfarçar” uma orientação sexual diferente do padrão heteronormativo ou sem sentir a “obrigação” de alisar o cabelo crespo, por exemplo” (Freitas, Esther e Santos; 2023) página 16.

que fazer a partir da conclusão do ensino básico. Talvez o pensamento de “não perder tempo” seja um reflexo dos desafios em seu contexto social e, sendo assim, almejam com ansiedade o sucesso. E alguns que já enfrentam dificuldades buscam outras oportunidades e nem se atrevem a entrar em uma nova corrida de obstáculos.

Os artigos retratam que, quando esses estudantes conseguem ingressar no ensino superior, ainda se deparam com obstáculos que dificultam sua permanência. estas dificuldades podem afetar o(a) estudante cotista (negro, quilombola, indígena, egresso de escola pública e com renda per capita abaixo de 1 salário-mínimo), mulher, jovem, adulto, com deficiência, mãe, pai, não importa! Compartilham dos mesmos obstáculos. Os estudos mostram que as dificuldades em relação aos recursos financeiros ainda continuam sendo uma pauta, mas se estendem para o aspecto emocional, psicológico, social, e de violência dentro do ambiente universitário.

Sabemos que os estudantes também enfrentaram algumas das marcas que a pandemia deixou, como a dificuldade em acompanhar o ensino remoto por falta de recursos tecnológicos, falta informação sobre os direitos das assistências estudantil, dificuldade em acessar as plataformas digitais, a falta da interação entre professor e estudante afetando o ensino, aprendizagem e conhecimento. Estas dificuldades podem ter levado à desistência, como mostra no artigo sobre estudantes quilombolas na educação. Outro ponto que precisa ser levado em consideração é a falta de se sentir pertencente ao ambiente universitário, incluindo a falta de tempo para aproveitar totalmente o currículo, dificuldade na socialização na faculdade, necessidade de conciliar trabalho e estudo e dificuldades de acompanhar a didática das disciplinas como mostram os autores em entrevistas com estudantes primeira geração de suas famílias na universidade que passam por essas experiências. Contudo as respostas dos estudantes são o apoio do núcleo familiar, e torna-se o sonho de uma família inteira (Caregnato e Miorando, 2023).

Outro ponto relevante em comum é que, apesar das dificuldades, os estudantes dão seu “jeito universitário”, por meio de estratégias dentro de cada contexto, como no curso da área da saúde, em que as mulheres buscavam especialização mais “aceitável” socialmente (Oliveira, 2023). E para autorregular a aprendizagem técnica para que a disciplina de matemática não se torne mais um obstáculo na continuidade dos estudos, os estudantes falam que encontram estratégias por meio da interação com colegas, apoio familiar e pedagógico (Semensato, Pillati, Silva e Pinheiro 2023).

Um ponto pertinente apontado em um dos artigos refere-se à situação dos egressos da pós-graduação, em que as dificuldades persistem após a graduação e há baixa oferta de programas em determinados cursos e estados do Brasil, sendo mais um empecilho para formação de mestres e doutores (Silva, Fernandes, Garcia e Magalhães, 2024).

Considerações finais

Durante a expansão do ensino superior brasileiro, houve maior diversificação e democratização das vagas, o que abriu portas a um novo grupo de estudantes cotistas nas universidades públicas. Esses estudantes passam por dificuldades na sua trajetória universitária, como a falta de recursos para conseguirem permanecer na universidade.

A adoção de políticas de assistência estudantil foi ampliada, com o objetivo de estender a todos a oportunidade de concluir com sucesso a graduação. Porém para esses grupos no presente momento ainda se faz necessário pensar as políticas de permanência estudantil no ensino superior, sendo assim esse trabalho teve como objetivo apresentar os assuntos do campo de pesquisa do ensino superior brasileiro sobre acesso e permanência estudantil por meio de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas Qualis A1 da CAPES na área de educação entre 2023-2024, visando contribuir para o debate contemporâneo, que engloba desafios e dificuldades enfrentadas por estudantes de diferentes perfis em vários contextos sociais para acessar e se manter no ensino superior durante a trajetória acadêmica. A pesquisa em que se baseou esta monografia se originou do projeto PIBIC do LEPES da UFRJ com o objetivo de atualizar as agendas de pesquisas sobre o ensino superior brasileiro a partir dos artigos publicados nas revistas de educação da CAPES publicados entre de 2020 a junho de 2024. Partindo dos dados produzidos naquele projeto, o estudo aqui dedicou-se a analisar os artigos apenas sobre acesso e permanência.

Na metodologia desta pesquisa foi realizada análise bibliográfica, através do levantamento de artigos publicados nas revistas sobre ensino superior, com codificação por assuntos abordados, leitura dos textos selecionados sobre acesso e permanência, e por fim leitura completa de 12 artigos selecionados. Em seguida, após a análise resumindo os pontos centrais de cada artigo, foram identificados pontos em comum e também questões específicas de cada artigo. Os artigos mostram alguns desafios e dificuldades, reforçando sempre a necessidade do debate para promover a eficácia das políticas de assistência e promover a qualidade da trajetória acadêmica desses estudantes.

Em síntese, os artigos analisados reforçam a importância do debate e do campo de pesquisa sobre acesso e permanência, com o objetivo de criar mais políticas públicas de assistência estudantil, que sejam mais direcionadas ao perfil dos diferentes estudantes. Assim como eu, muitos

são a primeira geração em uma universidade pública com o desejo de uma trajetória acadêmica de sucesso com qualidade, sendo a universidade um espaço de formação para os futuros profissionais brasileiros.

Acesso e permanência estudantil é um debate que precisa ser constante, em vista das mudanças que sempre acontecem na sociedade, sendo necessário repensar todos os aspectos que envolvem a trajetória acadêmica do estudante. Mesmo com grandes avanços, o sistema universitário precisa de constantes transformações para combater as desigualdades e dificuldades sociais. É importante ter um atento olhar para a apoio pedagógico, financeiro e psicológico, promovendo na instituição esse debate em seu corpo discente e docente, refletindo em conjunto as mudanças positivas que contribuem para combater essas barreiras e oferecendo uma boa trajetória acadêmica de oportunidades iguais para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. F.; HEY, A. P. Sociologia da Educação: Olhares sobre um campo em ascensão. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). Sociologia brasileira hoje II Cotia: Ateliê Editorial, 2018. p. 253-309.

ARCURI, Christiane e SILVA, Lincoln. Juventudes, Cotidiano e um “cadinho” mais... entrevista com Eliane Ribeiro, Revista Multidisciplinar de Ensino e Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Cap-UERJ. V.7 -N. 15- AGOSTO 2018.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e GANDIN, Luís Armando, 2020. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. In: Ciências sociais hoje [livro eletrônico]: sociologia. Luiz Augusto Campos, Mariana Chaguri, Lorena Fleury (orgs.). São Paulo: Zeppelini Publishers, págs. 89-125.

BECKER, Howard S. 2008(1963). Outsiders, Estudos de Sociologias do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp

CAREGNATO, Célia; MIORANDO, Bernardo. Elementos de reflexividade na socialização acadêmica de estudantes de primeira geração na educação superior, Educ. Pesqui., São Paulo, v. 49, n 270176, p 1-19, 2023.

COSTA, Joaze; MOURA, Cristina. Jalecos brancos: trajetórias e desempenho de cotista do curso de medicina da UNB, Educação & Sociedade., Campinas, v. 44, n.271267, p 1-22, dez 2023

CRESPO, Bruna. O MUNDO QUE DEIXAMOS EM 2020 NÃO EXISTE MAIS: Análise das respostas institucionais aos desafios da pandemia no ensino superior, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ 2024.

DIAS, Carlos; SAMPAIO, Helena, A constituição da assistência estudantil como campo científico, Cadernos de Pesquisas., São Paulo, v.53, n 10516, p 1-19, e-ISSN 1980-5314, fev 2024.

FELDMANN, Maria; LIBÓRIO, Andréia. Estudantes quilombolas na educação superior: políticas afirmativas de acesso e permanência, Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.31, n.121, p. 1 – 23, out./dez. 2023, n 0233911

FONAPRACE. Pesquisa traça perfil de alunos das universidades federais, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21032-pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais> Acesso em 09 de abril de 2025.

FREITAS. Marina; ESTHER, Angelo; SANTOS, Joelma. Diversidade, estigmatização e pertencimento no contexto universitário, Cadernos de Pesquisa., São Paulo, v.53, n 09940, p 1-19, out 2023, e-ISSN 1980-5314.

GUITARRARA, Paloma. "Pandemia de covid-19"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm> Acesso em 21 de abril de 2025.

HERINGER, Rosana. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisa, CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS v. 37, n. 2, p 1-22. dez 2022 e-ISSN: 2595-40911

HONORATO, G. de S.; BORGES, E. H. N. Permanência na educação superior brasileira: contribuições de Vincent Tinto. Linhas Críticas, v. 29, e46400, 2023.

HONORATO, Gabriela; BORGES, Eduardo, impactos da pandemia da covid-19 para o ensino superior no brasil e experiências docentes e discentes com o ensino remoto, D&D [n.22 | 2022 | pp. 137-179.

LOPES, Maura; SCHELER, Betina; CASAGRANDA, Edison; ROSSETO, Miguel. Universidade em questão: as instituições comunitárias e a dimensão formativa da gestão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, n. 273389, p. 1-12, jun, 2023.

MARTINS, C. B.; WEBER, S. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 131-201.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coronavírus ações do Mec em Respostas a pandemia da covid-19, Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/coronavírus> Acesso em 21 de abril de 2025.

NEVES, Clarissa; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 6, núm. 12, p. 20-41, Jan-Abr, 2018.

NEVES, Clarissa. *Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão*. Programa de Pós-graduação em Sociologia, GEU, UFRGS, Rio Grande do Sul. 2012

OLIVEIRA, Rosa Meire. *Blindar-resistir: educação das moças na faculdade de medicina da Bahia 1879-1949*, *Educação & Sociedade*., Campinas, v. 44, n.259927, p 1-12, mar 2023.

PESSÔA, Thayane. *PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: dificuldades enfrentadas pelas alunas cotistas ingressantes em 2018.2 do curso de Pedagogia (Noturno) da UFRJ*, monografia curso de pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2024.

PRADO, Ruth. *Permanência na educação superior: o caso das engenharias da escola politécnica da UFRJ*, tese de doutorado, PPGE - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SEMENSATO, Michel; PILATTI, Luiz; SILVA, Francini; PINHEIRO, Nilcéia. Revisão sistemática de estudos sobre a autorregulação da aprendizagem da matemática no ensino superior, *Bolema*, Rio Claro (SP), v.37, n.75, p.218-249, abr. 2023.

SENKEVICS, Adriano; CARVALHO, Marília. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando, *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.39, n 41621, p 1-19, 2023

SENKEVICS, Adriano; CARVALHO, Marília. Ofício de vestibulando: impasses da juventude na transição para o ensino superior, *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 49, n 260961, p 1-20, abr 2023.

SILVA, Camila; FERNANDES, Maria; GARCIA, Fabiane; MAGALHÃES, Luciano. EGRESSOS DO PPGE/UFAM: AUTOAVALIAÇÃO, PRODUÇÃO E DESTINOS PROFISSIONAIS (2012–2020). *Educação & Sociedade.*, Campinas, v. 45, n. 266120, p. 1-20, abr, 2024.

SPINA, Giovana; PINTO, Maria; BECCARIA, Lúcia; PARRO, Maria; GALISTEU, Kátia; PEREIRA, Adriana. Engajamento e qualidade de vida dos graduandos de enfermagem e medicina, *Acta Paul Enferm*, v 36:n APE02774, p 1-8, maio 2023.

VIEIRA, Tatiana Oliveira; JESUS, Cátia Soraia; MARTINS, Cristiano Ribeiro (2023). Os impactos da pandemia na permanência discente: estratégias em duas instituições federais de ensino superior. *Revista Panorâmica Online*, 37.